

**Pauta:** Servidões nos bairros Vila Assunção e Vila Conceição

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** (10h03min) Estão abertos os trabalhos da reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM. Bom dia a todos. A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** (Início do pronunciamento fora do microfone. Inaudível.) ...vários outros moradores; então vamos tratar desta questão, entre outras que estão no bairro. Nós já tivemos reunião com moradores, já tivemos encaminhamentos individuais de moradores, encaminhamentos gerais que fizemos em fevereiro, porque, já que está aqui o gabinete do prefeito, já vou citar são os pedidos de providências nº 24/23 e nº 343/23, que têm trâmites da Câmara, vai para a Prefeitura, tramita nos setores. Também, devido às reclamações de abrirem buracos, colocarem aquele remendo que eles chamam de “paninho”, que é uma faixa preta de piche, seria esse de asfalto, em cima de todo um calçamento que é padrão no bairro – também tivemos essas reclamações. E é isso, são as demandas que vieram que eu, sozinha, entendi que deveria agregar e trazer para a Câmara para comissão para os outros vereadores também contribuírem nesses encaminhamentos e soluções. Para não me alongar, Presidente, retorno-lhe a palavra para os demais vereadores se manifestarem.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado, vereadora. Queria convidar os colegas vereadores para, no final da reunião, ficarem para definirmos algumas agendas. A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Bom dia. Gostaria assistir primeiro, escutar e me manifestar depois.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Ver. Oliboni?

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Da mesma forma, vamos aguardar para ver qual é a situação no momento.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Vereadora Tanise?

**VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB):** Bom dia, vereador; por enquanto, não.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Vereadora Claudia?

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Também vou ficar no aguardo, ouvindo as demandas; aí a gente faz os encaminhamentos.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Quem convidamos para a fala, vereadora?

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Nós vamos convidar o arquiteto André Huyer do Ministério Público, morador, conhecedor dos bairros residenciais na Zona Sul, para fazer uma explanação sobre o nosso bairro. Presidente, entendo que em 10 minutos poderia fazer uma explanação sobre o bairro, o que é uma servidão, como é que se os bairros estão na avaliação do nosso convidado, André Huyer.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Está bem, o Sr. André Huyer está com a palavra.

**SR. ANDRÉ HUYER:** Bom dia; como A Ver.<sup>a</sup> Lourdes falou, fui morador da Vila Assunção por vários anos, continuo morando na Zona Sul, frequento a Vila Assunção, sou sócio de clubes, tenho muitos amigos, também estudei muito a Vila Assunção para curso de pós-graduação em Planejamento Urbano; então, tenho uma ligação muito grande ou, como dizem, um interesse peculiar na Vila

Assunção. Há mais de dez anos a gente acompanha vários problemas de degradação do bairro em si. E as passagens de pedestres são um item muito importante disso. Fazendo um retrospecto, a Vila Assunção foi urbanizada em 1937, num projeto que seguiu modelo, denominado urbanismo de Cidade Jardim. Ao contrário do que até então predominava, que as ruas eram em xadrez, todas ortogonais entre si; com a Cidade Jardim as ruas passaram a acompanhar a topografia, fazerem curvas, ter muita praça, que antigamente também não tinha – a Vila Assunção é muito rica nisso. Em função dessa questão da topografia, foram criadas passagens de pedestres para unir as ruas, que ficavam muito compridas. Então, digamos, onde tem uma passagem de pedestre, se fosse aberto uma rua, ficaria muito íngreme para um automóvel circular. Mas, para a pessoa que transita pelo bairro vai também então pela passagem que geralmente tem escadaria também. E assim atalham o caminho, tanto é que, em muitas dessas antigas passagens de pedestres, na parte de baixo, onde passava ônibus, é onde ficava a parada de ônibus. O pessoal descia ali e subia pela passagem de pedestre. O que acontece? A Prefeitura, por alguma razão, resolveu vender algumas passagens de pedestres; fez isso sem consultar os moradores do bairro, as associações, que representam legitimamente os moradores e os próprios órgãos internos, como por exemplo a Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural – Epahc, porque a Vila Assunção é considerada um Área Especial de Interesse Cultural – AEIC, e a própria Secretaria de Planejamento, porque, ao vender algumas passagens de pedestres, as quadras ficaram com comprimento menor 200 metros, o que não é permitido pela lei. Então, alguém que precise se deslocar a pé tem que caminhar uma distância muito grande; então tem uma série de inconvenientes. Por outro lado, também tem esse aspecto da Vila Assunção como Área Especial de Interesse Cultural, assim como outros bairros de Porto Alegre, esse aspecto de Cidade Jardim. Por exemplo, a Secretaria Municipal da Cultura promovia o projeto Viva o Centro a Pé: o pessoal se deslocava para o Centro, fazia caminhadas orientadas, com determinados interesses ali para se observar no aspecto cultural. A Prefeitura expandiu essa programação fazendo o seguinte:

se você entrou a pé, visita o bairro, o bairro IAPI, o bairro Vila Assunção. Aí eu fui convidado para dirigir essas visitas orientadas e fiz o roteiro que se faz a pé. Qual é o problema? Que uma das melhores passagens, a que ia da igreja da Vila Assunção até a praia, tinha sido vendida, então tem que alterar o roteiro, fica pobre, o bairro vai se empobrecendo nesse aspecto de vivência, na questão cultural, na sua própria urbanidade. O que era argumentado para vender? “Ah, não tem segurança”. Por que não tem segurança? Porque a Prefeitura não faz isso acontecer, não faz a capina, não faz a poda das árvores que vão crescendo, não cuida da iluminação, não cuida da pavimentação. Então a própria Prefeitura cria o ônus, “ah, vamos vender pra nos livrar disso”, o que para a Prefeitura é muito bom, porque ela não tem mais que fazer a manutenção, que já não fazia, ela passa a arrecadar IPTU. Ela vende, ganha dinheiro e passa a ganhar IPTU do que ela vende; então, para a Prefeitura, o termo Secretaria da Fazenda é um ótimo negócio; agora, para a população, é a degradação do bairro. Tem problema de violência? Tem, é verdade. O que se faz então numa época de violência, de criminalidade? O que se faz num caso desses? Põe um portão lá, o vizinho fica com a chave, ele abre de manhã, o vizinho fecha de noite, faz um convênio com os vizinhos. Quer dizer, solução é só querer, é só ter criatividade. Bom, seguindo adiante. Quando surgiu essa questão, além das passagens que foram invadidas pelos moradores... Nesse aspecto da Vila Assunção, é o bairro mais democrático em Porto Alegre; lá, as áreas públicas são invadidas por gente pobre e por gente rica, então tem muita passagem de pedestre que foi ocupada ilegalmente por gente de muito boa situação econômica. Quando estourou essa reclamação – eu, à época, era analista do Ministério Público, acompanhei tudo isso –, foram feitas audiências entre a Prefeitura e o Ministério Público, foram feitas audiências públicas na Vila Assunção, e ficou combinado que a Prefeitura faria uma ação fiscal em cima de todas as passagens de pedestres para ver se tinham sido ocupadas irregularmente – como popularmente se diz, invadidas. Bom, eu estou aguardando há mais de 10 anos o resultado disso aí, além de outras providências. Tinha sido combinado que as que tinham sido vendidas não se deixaria construir sobre elas, e foi construído em algumas delas; tinha sido

combinado que a ação fiscal não ia mais permitir. Novas passagens de pedestres foram ocupadas irregularmente nesse meio tempo. Então eu acho que a Prefeitura fica debochando do Ministério Público, porque ela faz um acordo, faz uma ata, uma audiência, combina coisas e não executa. Enquanto isso, o bairro vai se degradando, uma coisa meio sem explicação.

Falando em cidade jardim, sobre esse conceito, a primeira cidade jardim foi na Inglaterra, perto de Londres; ela está igual até hoje. As pessoas vão visitar Londres, pegam um trem, vão até a cidade jardim, fazem uma visita, ela está igual como era. Por que aqui em Porto Alegre não pode que alguns bairros, pelo menos alguns poucos, fiquem intactos como são? A Vila Assunção tem edifício de cinco andares onde era para ter casas só de dois pavimentos. Tem condomínios que vão de margem a margem, ocupam tudo, é uma degradação total. Por que não podem alguns bairros serem mantidos do jeito que foram planejados? Por que tudo tem que ser degradado? Por que tudo tem que ter o progresso? E aí o que mais me chama a atenção é essa falta de resposta da Prefeitura. Ela vai fazer uma ação fiscal, eu só vejo continuar tendo invasão, e não tem solução, eu só vejo degradação, por isso perde todo mundo, perde a cidade, perde o bairro, o morador. Cadê a segurança jurídica do morador que comprou uma casa na Vila Assunção porque lá seria só de casas e agora está se proliferando condomínios de três andares, de quatro andares, com fachada cega lateral para os vizinhos? Nós estamos falando da Vila Assunção, mas tem vários outros bairros em Porto Alegre em que está acontecendo a mesma coisa. Parece que a pessoa que quer ter sossego é obrigada a ir para um condomínio fechado, porque lá talvez ela tenha alguma segurança de que não vão construir um prédio alto do lado da sua casa.

E aí, voltando ao foco da nossa questão, que é a própria questão de mobilidade urbana: então, se eu quero ir a pé ou se eu preciso ir a pé de um lugar... (Problemas técnicos no som. Ininteligível.) ...dentro da Vila Assunção, agora eu tenho que fazer deslocamentos enormes lá no fim da rua para pegar, enquanto eu deveria poder fazer isso pela passagem de pedestres – para isso que ela foi

feita. Então eu encerro por aqui, depois a gente pode voltar a ter outras interações. Obrigado.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Está bom, André. Que quem quiser fazer uso da palavra, deve se inscrever pelo *chat*.

**SR. TOMÁS HOLMER:** Ver. José Freitas, bom dia. Sou diretor de patrimônio do Município. Quero dizer que o nosso engenheiro, o Douglas, que está a par de todo assunto, está participando comigo. Eu não conseguirei ficar todo o tempo, então o Douglas vai continuar na reunião para dirimir quaisquer dúvidas sobre o tema. Só para fazer esse aparte, vereador, agradeço.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Está bem, obrigado.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Vereador, eu também gostaria de dar duas contribuições.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Deixa só eu seguir o rito aqui, só um pouquinho, obrigado.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Ver. Freitas, antes de o governo falar, eu gostaria de me pronunciar.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Mais alguém do bairro, Ver.<sup>a</sup> Lourdes?

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Sim, nós temos bastante representação no bairro. Nós temos também uma questão que eu estou vendo com a procuradoria aqui. Já vi, por *e-mail*, o andamento de uma importante servidão que foi invadida, e uma arquiteta assinou o projeto numa área pública. Nós denunciemos já no conselho de arquitetos. Está em andamento esse pedido de desocupação. Também está aqui o Dr. Marisco, que poderá falar. Já que nós

estamos falando em servidão, vamos concluir essa etapa da servidão para virem outros assuntos.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Eu acho melhor primeiro nós chamarmos o pessoal do bairro, da sociedade civil, para depois nós chamarmos o governo. Quem é o próximo então?

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Nós temos o Dr. Coral, nós temos o Dr. Granville, nós temos a Mariângela, que também é do bairro; temos moradoras, também, que são lideranças, como a Mariza, que é muito atuante no bairro.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Eu vou deixar para a senhora, vereadora, porque a senhora conhece as pessoas.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Conheço, está bem. Então eu gostaria de ouvir o bairro. Vou começar então pela Mariza, que reivindica muito assuntos gerais do bairro; depois, eu passo para a Mariângela.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Mas era bom nós darmos um teto.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Três minutos.

**SRA. MARIZA CARPES:** Bom dia, eu até não esperava essa minha participação tão rapidamente. Eu estou aqui no bairro há 35 anos, cuido aqui dos meus arredores de uma maneira quase fanática, todos sabem, e tenho protocolado muitas queixas, como a questão do piso. Se é para ser aquele piso maravilhoso de pedras, que seja, mas que não fique nesse tipo de *patchwork*, que são borões de asfalto... Isso eu já protocolei várias vezes, deram 90 dias para resolver, e não resolvem. Então está cheio de buracos, nossos carros andam em câmera lenta, sacolejando de um lado para outro, e isso aí prejudica bastante,

mas como sou artista plástica e fui professora da UFRGS e da UFSM, a questão estética me toca muito. As Eu tenho um marido já mais idoso, e não dá mais para se caminhar nas calçadas. Eu tenho várias fotos de entradas de fisioterapias, de *pet shop*, com desnível violento, raízes, não sei como os moradores permitem, porque na minha calçada, dois centímetros acima, eu procuro resolver. A minha Praça é a Tupiniquim, aqui do lado, e ela está em completo abandono também. O mosquito da dengue foi visto ali algum tempo atrás, e eu procuro fazer o que eu posso, até replantar coisas, que eu sei que não deveria, mas como é tão abandonado, eu tiro da minha casa e replanto coisas na praça. Então é isso, eu quero mais ouvir do que falar, na verdade, porque eu não sou autoridade nenhuma, a não ser dona do meu espaço, e procuro resolver tudo que eu posso. Minha casa há pouco foi toda resolvida em termos de esgoto, de pluvial. Eu gastei uma fortuna inclusive com advogados, porque como a minha casa é uma das mais antigas do bairro – era dos Fontanive, alguém conhece? Pinaré, Manauê, Guaraum – e ela estava completamente fora das normas atuais, já que ela tem mais de 70 anos. Eu tive que brigar com a Prefeitura, contratar uma advogada para ir a um juiz, para me permitir, porque eu estava 10 centímetros nos meus vizinhos, quando os vizinhos diziam que eu não estava no terreno deles. Foi um sacrifício, uma fortuna que eu gastei para colocar a casa em todos os moldes sem ninguém me pedir. Eu digo isso, ninguém me pediu, mas quero deixar a casa que eu possa vender um dia, o que eu não quero, mas meus filhos, se tiverem que vender, então ela está perfeita em termos de leis. Eu quero muito que não tenha um prédio também aqui. Eu acho um horror tu teres um patrimônio e de repente... Eu soube que aqui na entrada da Rua Guaraum vai ter um prédio, eu gostaria de perguntar se alguém sabe, onde era uma escolinha de crianças, e parece que o prédio vai ser alto, e já é dentro do nosso bairro, no início da entrada. Muito obrigada.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Passo a palavra para a Sra. Mariângela Milhoranza, que atua mais na orla e tem uma grande preocupação com o meio ambiente. Nós estamos com uma orla muito bonita no sentido da



caminhada, da Praça Araguaia, o único pedaço que sobrou na Assunção, os demais já estão ocupados.

**SRA. MARIÂNGELA MILHORANZA:** Bom dia a todos e todas. Eu sou moradora da Vila Assunção há 50 anos, exatamente o que eu tenho de vida, vi esse bairro crescer, vi esse bairro ter problemas, mas também vi esse bairro ter uma preocupação ambiental. Fundei recentemente, no ano passado, o Movimento Meio Ambiente Vila Assunção. Eu sou professora universitária, eu sou advogada, eu tenho doutorado e dois pós doutorados em Direito Ambiental, e a partir daí, por ser professora de direito ambiental, faço uma atividade de limpeza na orla junto com os meus alunos. Então eu trago os meus alunos da faculdade para cá, nós fazemos a limpeza, a retirada de resíduos sólidos indevidamente descartados dentro do Guaíba, e isso é apenas uma das atividades que esse Movimento Meio Ambiente Vila Assunção se propõe a fazer. O que eu tenho visto? Vamos falar das servidões. As servidões estão abandonadas, é descarte indevido de resíduo sólido, lixo dentro das servidões. Esses dias, através de uma postagem da Jaque Custódio, tem uma servidão que fica entre a Av. Pereira Passos e a Rua Cariri, e, gente, tem um buraco de 1,75 metros de profundidade. Já faz três anos que as pessoas estão pedindo para esse buraco ser fechado. Nós temos os protocolos, os pedidos para se fechar esse buraco; ali passam crianças, ali passam pessoas de idade. É um perigo para as pessoas aquele buraco de 1,75 metros de profundidade – a gente mediu para ver a profundidade do buraco – no meio de uma passagem, no meio de onde era para a gente estar caminhando e vendo o bairro com outros olhos. Então, além da preocupação ambiental, eu tenho essa preocupação com as passagens também. Eu morei sempre na Av. Guaíba nº 4.572, ao lado da minha ex-casa, que eu acabei vendendo, foi construído um prédio de seis andares, todo voltado para minha casa, que era uma casa histórica. Acabei vendendo a casa por esse motivo, e também por uma outra situação de uma ocupação de um cidadão que ia fazer uma escola de vela para menor carente e acabou fazendo um boteco na beira do Guaíba. Então é demais! Como o André, que é uma pessoa que eu admiro

há muito tempo, e inclusive no Movimento Meio Ambiente Vila Assunção os livros dele são citados como fonte de pesquisa, onde eu conto apenas a historicidade, a cultura e principalmente a arquitetura do bairro como Cidade Jardim. Então a gente está vendo que essas invasões, seja por pessoas de poder aquisitivo alto, seja por pessoas que não têm poder aquisitivo, são recorrentes, e nada é feito. E as invasões nas passagens. Ao lado desse prédio era uma passagem que ia da igreja da Vila Assunção, da paróquia, até a beira do rio, e aquilo foi fechado. Então a gente tem que ter um cuidado cultural, um cuidado histórico e principalmente um cuidado ambiental com essas passagens, o que não está tendo. Então reitero aqui minha preocupação com esse buraco feito numa servidão de passagem de 1,75 metros de profundidade entre a Av. Pereira Passos e a Rua Cariri, porque aquilo ainda pode dar um acidente feio, alguém pode cair ali dentro e não vai ter como voltar. Então essa é a minha preocupação, além do meio ambiente, como eu disse, eu faço várias atividades com meus alunos de coletas de resíduos porque sou moradora e remadora, eu remo no Guaíba, a gente vê muita coisa no Guaíba. Minha filha é proeira do Marcos Schmidt, que é um dos grandes velejadores de *hobie cat* que temos aqui, então assim a gente recolhe de tudo, inclusive, dentro do rio. Essa é uma outra preocupação que nós temos, descarte indevido. Aí vocês vão me dizer: “Mas é a corrente que traz”. Sim, mas muitos moradores largam, infelizmente, indevidamente, seus resíduos sólidos no rio; até uma piscina – é sério – a gente tirou dali esses dias. Essa é a minha preocupação enquanto moradora, enquanto estudiosa do direito ambiental e enquanto contribuinte do IPTU aqui da Vila Assunção. Muito obrigada.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Depois de ouvirmos a Mariângela, acredito que já é oportuno nós entrarmos também nesse caso da servidão da Av. Pereira Passos, a outra servidão que tem essa ocupação, essa invasão e que está com a Procuradoria do Município. Com a palavra o Sr. Robert Coral.

**SR. ROBERT CORAL:** Bom dia a todos. Sou morador da Vila Assunção, sou morador da Av. Pereira Passos, e na Pereira Passos várias casas têm a servidão atrás dos seus terrenos e também as passagens entre Cariri e a Pereira Passos. Eu concordo muito o que o André falou, 80% do que ele falou eu concordo com a preservação, tudo, mas hoje esta Cidade Jardim não existe mais, não é André? Tu disseste que há 10 anos vem pedindo alguma solução e não ocorre, então eu pergunto: qual é a solução? Por quê? O que nós temos, na realidade, são áreas degradadas, são áreas que ninguém consegue passar, as passagens as pessoas não passam, porque são mal cuidadas, não há esta utilidade pública da sua finalidade. Então eu, na realidade, estou aqui para ver qual é a solução que nós podemos ter. Bom, se a servidão for bem cuidada, for bem urbanizada que é isso que morador quer, o morador, na realidade, quer estar com a sua tranquilidade. E hoje fica difícil, porque até nós vamos notificados porque a gente fez um muro protegendo a servidão justamente para nos proteger, porque, senão, nós seríamos invadidos, nós teríamos uma invasão geral. É isso que nós temos que definir, eu acho que a Câmara de Vereadores, nós estamos aqui para isso, até para ter uma solução definitiva sobre isso. Se é para ficar com o cuidado público, que seja com cuidado público. Mas o que a gente observa é que as praças são mal cuidadas, tudo é mal cuidado, nós temos aqui a praça Franklin Perez que os *playgrounds* estão todos danificados, ninguém cuida, totalmente esquecida. Então como é que este poder público vai atuar para que, realmente, se transforme na Cidade de Jardim desejada, mas que, infelizmente, não é mais Cidade Jardim.

**SR. LERRY GRANVILLE:** Primeiro eu quero felicitar a vereadora e aos demais membros constituintes do poder público por nos proporcionar desta maneira, faz tempo que a gente não tem este tipo de situação. A gente sempre reclama, é costumeiro reclamar, mas há atitude, eu estou observando cada vereador e eu acho que vai contar muito para mim no apoio, na maneira como as coisas são conduzidas, principalmente a vereadora. Sou vizinho do Coral, gosto muito da proposta que o André, arquiteto, colocou, embora, nos dias de hoje... (Problemas

técnicos no som. Ininteligível.) ...justamente por essa questão da falta segurança que se tem. Por exemplo, quando eu construí minha obra, tinha uma servidão atrás, na minha casa tocaram fogo durante a obra, quase eu tive um incêndio durante a obra, depois que eu fechei o muro, eu não tive mais esse desafio. Um ponto, as passagens ali, como a Mariângela falou, além de serem necessárias estruturalmente para viabilidade das pessoas que estão no bairro, elas começaram a virar terra de ninguém, é perigoso passar. Nesses dias, surpreso, vi uma arquiteta dar uma RT em cima de uma área pública para construção, e quando eu fui ali conversar com as pessoas, além da resposta hostil... Concordo 90% do que o André falou e nos 10% que eu discordar não preciso ser hostil com ele, eu vou dialogar, a adversidade é fantástica por causa disso, mas se for hostil, poxa vida, será que eu vou ter que temer pela minha segurança pessoal, conclamando um direito que é de todos. Ah, nós vamos resolver, então beleza, servidão de trás, como falou bem o Coral. (Problemas técnicos no som. Ininteligível.) ...se prontificar a fazer isso. Então eu acho que a gente tem que dialogar, mas agir. Eu queria agradecer aqui o Dr. Marisco e todos os membros lá, nos receberam muito bem na Prefeitura, a Prefeitura nem parece poder público da maneira como eu fui recebido, e eu respeito a opinião dos outros. Eu pensei, vão me pedir alguma coisa em contrapartida, fui muito bem atendido, parecia uma empresa com qualidade tanto que estamos aqui. Só para dividir, eu sei que já tem uma carga emocional de muitas pessoas que compraram, o presidente da associação do bairro tantos anos lutando, isso eu não quero deixar de reconhecer, mas também quero fazer este reconhecimento. Eu vi quais são os próximos passos, me colocar à disposição para mobilização das pessoas, eu tenho alguma influência na Internet, não muito, mas se chamar um para conversar, acho que já a coisa vai andando. Eu estou em São Paulo hoje, dei uma paradinha, acho que é importante nós nos envolvermos com as coisas, não só reclamar ou só cobrar, mas fazer a sua parte. Obrigado, vereadora.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** O Sr. Alexandre Rezende está com a palavra.

**SR. ALEXANDRE REZENDE:** Bom dia pessoal. Pelas falas, o que a gente já sabe aqui do bairro, é que existem posições em alguns aspectos um pouco diferentes em relação às passagens. Eu respeito tudo o que foi dito e acho, como sempre, que a solução está no bom senso. Algumas passagens são viáveis de serem mantidas e seria interessante que essas recebessem o investimento do poder público para iluminação, para cuidado, para retirar vegetais e assim por diante. Outras passagens como, por exemplo, algumas que existem entre a Bororó e a Av. Guaíba, elas têm uma declividade imensa, muito dificilmente alguém iria passar por ali, porque é quase inviável, pessoal, são penhascos. O que iria acontecer se essas passagens fossem liberadas, elas estão cercadas por alguns vizinhos, eu não diria que estão invadidas, eu diria que estão cercadas por questão de segurança. Essas passagens, se fossem liberadas, muito provavelmente seriam invadidas. Então as passagens não são todas iguais, aquelas que são internas no bairro e que têm uma topografia em que é possível os moradores utilizarem, talvez nós pudéssemos eleger as principais e nessas o Município pudesse investir em iluminação, em capinar, cuidar delas, já que é difícil investir em todas, como a gente vê, quem sabe o Município investe nas que são viáveis de serem utilizadas e que oferecem menos perigo para a nossa segurança. Eu vejo as passagens internas no bairro como menos perigosas; as que trazem avenidas da periferia do bairro aqui para dentro são mais perigosas. Eu moro na rua Bororó, além da passagem ao lado da minha casa que é aberta, porque ali tem a adutora do DMAE, tem que ser mantida aberta, existem várias outras com uma topografia horrorosa, que não seria viável de serem utilizadas. Se nós partirmos para uma solução extrema de que todas as passagens devem ser liberadas, nós vamos ter locais em que ninguém vai circular, porque é inviável qualquer um de nós circular ali no dia a dia, dá para fazer talvez exercício forte ali, subir 12 metros de declínio ou alguma coisa assim. Essas talvez deveriam ter um tratamento, talvez até serem vendidas. As outras internas no bairro em que realmente é possível nós circularmos, talvez o Município pudesse todas investir menos para cuidar. Aí se vai para uma solução

de bom senso, não se vai nem para liberar todas nem para o Município ter que investir no cuidado em todas. Era isso, pessoal, obrigado.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Ver.<sup>a</sup> Lourdes, o representante da PGM, o procurador Marisco vai ter que sair em cinco minutos e precisa falar agora.

**SR. NELSON MARISCO:** Bom dia a todos, meu cumprimento especialmente à Ver.<sup>a</sup> Lourdes que trata desse assunto há bastante tempo, na pessoa dela eu cumprimento os demais vereadores e todos aqui presentes. Infelizmente tenho que sair daqui a pouco, tenho uma agenda lá no gabinete do prefeito, eu só gostaria de dar algum relato. Primeiro, foi perguntado pela Jacqueline da existência de um grupo técnico feito por alguns arquitetos e um procurador do Município, isso no ano passado, foi um grupo de trabalho que tratou especificamente das passagens de pedestres da Vila Assunção. Esse grupo analisou, uma a uma, todas as possibilidades de atuação do Município, o que envolve muitas reintegrações de posse, reurbanização e a possibilidade de alienação de algumas passagens, por exemplo, a passagem sete da Tapira e a rua Burum, isso só para citar como exemplo. E em alguns casos há indicação de consulta à comunidade para saber o que gostariam de fazer com aquelas passagens. Primeiro eu queria falar da existência desse relatório técnico desse grupo de trabalho em que foram possibilitadas a várias atuações com as diferentes passagens de pedestres da Vila Assunção. Agora eu gostaria aqui de fazer um desabafo. Muitas vezes chegam para a Procuradoria situações que não são consolidadas, mas que estão acontecendo e nós ajuizamos ações de reintegração de posse, como é o caso da ação que vai ser julgada na próxima quinta-feira. Inclusive vou colocar aqui o número do processo, especialmente para quem for advogado e quiser acompanhar de alguma forma esse julgamento. E o que acontece? Nós não conseguimos a medida liminar para retirada da pessoa que estava construindo em determinada passagem de pedestres, se eu não me engano era a passagem nº 8 que fica na Av. Pereira Passos. Eu acho que é isso, não é, Ver.<sup>a</sup> Lourdes?

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Isso.

**SR. NELSON MARISCO:** Está aqui o número do nosso recurso. Aí nós entramos com o recurso pedindo a liminar e não conseguimos a medida liminar, e agora vai ter um julgamento definitivo pela Câmara. Então os desembargadores vão se reunir e vão julgar esse processo. Na sexta-feira, eu e a minha colega Dra. Priscila já nos reunimos com a juíza que indeferiu a medida liminar, o processo está em curso e dessa decisão nós entramos com recurso. Esse recurso vai ser julgado na quinta-feira. Na sexta-feira passada, eu e a minha colega Priscila estivemos reunidos com a desembargadora Rosana Garbin. Ela foi muito receptiva na audiência, mas o que me deixou muito chateado e constrangido até foi o seguinte: ela disse que não foi deferida a liminar e que agora já passou o tempo. O que nós vamos fazer? Ou seja, o Poder Judiciário não deu a resposta no tempo oportuno e agora por não ter dado a resposta entende que já passou quase um ano daquela situação de fato e entende que agora já passa a ser uma situação consolidada, vamos dizer assim. Então eu estou fazendo esse desabafo, porque da mesma forma que os moradores se sentem atingidos, procuram os vereadores, os vereadores nos procuram, nós levamos o caso ao Poder Judiciário e não temos a resposta que a gente entende que deveríamos ter. Ou seja, trata-se de patrimônio público que não pode ser apropriado individualmente por ninguém. Então isso já é uma resposta. E só para complementar, hoje à tarde até infelizmente esse julgamento vai ser virtual, não vai ser presencial, então eu vou ser obrigado a gravar uma sustentação oral para enviar, mas independente disso hoje à tarde eu estarei reunido com outros dois desembargadores que vão julgar o caso. Um é o desembargador Paulo Sérgio Scarparo, que é o relator do processo, então é muito importante essa reunião que eu vou ter com ele e depois com a desembargadora Liege Puricelli Pires, que são os demais desembargadores componentes do grupo, e o julgamento vai ser na quinta-feira. Eu acho isso importante porque se a gente não ganhar a ação, não conseguirmos a liminar para remover aquela construção, trata-se de outra passagem de pedestres que foi perdida. Então independente do que foi

feito no passado, importa o que a gente pode fazer agora e no futuro, no que está por vir, isso até para pedir auxílio para quem pode, de alguma forma, se mobilizar, inclusive no dia do julgamento, para conversar com os desembargadores, da mesma forma que eu vou fazer e expor essa situação. Nós estamos tentando reverter essa situação, esse caso. Também muito importante – e acho que é um trabalho que esta Comissão da Câmara pode encaminhar – o seguinte, e foi o que a desembargadora perguntou: “Ok, eu vou dar a reintegração de posse para vocês, e vocês vão tirar aquela pessoa de lá. O que vocês vão fazer com aquela passagem de pedestres?” Eu acho que a gente precisa de um plano, a gente precisa muito da participação da SMAMUS, eu vi que o arquiteto Guilherme está presente – acredito que pela SMAMUS –, está tendo uma discussão muito importante na cidade sobre o Plano Diretor, então este é o momento. Tenho certeza de que hoje à tarde os desembargadores vão me perguntar: “Ok, a gente tira a pessoa que está lá. O que vocês vão fazer com a passagem de pedestres?” É importante a gente ter um plano sobre o que nós vamos fazer com esses locais. Pode ser que o relatório do grupo de trabalho seja uma peça-chave para a tomada de decisões do governo, como o atual governo é muito sensível à comunidade, à opinião dos vereadores que atuam conjuntamente com o governo nas soluções dos diversos problemas da cidade, eu acho que é importante, este é o momento. A Procuradoria vai fazer o que puder para tentar retomar e inclusive outras ações. Uma das ideias foi a seguinte: entrar com uma ação só, conjuntamente com o Ministério Público, para tentar, com uma ação só, resolver todas essas invasões nos próprios municipais.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, preciso falar com o procurador. Eu não estou conseguindo entender de que forma o senhor está dizendo “se conseguir a reintegração a comunidade tem que resolver”? A área é pública, o poder público que tem que resolver! O senhor está transferindo a responsabilidade.



**SR. NELSON MARISCO:** Vereador, não. Eu concordo com o senhor, mas veja bem: o que vai ser feito naquele local?

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Esse é um debate para depois, junto com o poder público. Quem tem o domínio da área é o poder público, que pode depois, inclusive...

**SR. NELSON MARISCO:** Perfeito.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Eu peço desculpa, mas o procurador Marisco está saindo. Dr. Marisco, vamos aqui fazer um acordo com a nobre proponente, a Ver.<sup>a</sup> Lourdes, que em tantos dias – 10, 15, 20 30 dias – nós vamos lá *in loco* e... (Problemas técnicos no som. Ininteligível.) ...esse acordo, depois que de conseguir a reintegração, mas não transfira para a comunidade, pois ela está pagando imposto, ela quer ações do poder público de volta, é preciso que o poder público abrace isso.

**SR. NELSON MARISCO:** Vereador, o senhor me desculpa, mas o senhor me entendeu mal, eu não estou transferindo para a comunidade; estou transferindo a todos nós que estamos nos reunindo aqui uma decisão sobre o que vai ser feito lá.

**SR. LERRY GRANVILLE:** Eu me proponho a ajudar, capitanear, com os moradores, e bancar, do bolso, se precisar, para fazer determinadas revitalizações, como morador.

**SR. NELSON MARISCO:** É importante, se tu puderes, de alguma forma, participar nesse julgamento que vai ter na quinta-feira, de alguma forma – seja mandar um *e-mail* –, porque isso precisa ser repassado para o Poder Judiciário, que não é uma ação isolada da PGM tentando recuperar uma área perdida do Município. Eles sequer sabem o que vem a ser as passagens de pedestres da

Vila Assunção, toda a composição delas, a criação, cidade jardim, a ideia de comunicação entre as quadras, eles não fazem ideia.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Sim, procurador Marisco, nós, que estamos fora, estranhamos: é uma área pública e não é entendido na justiça o retorno dessa área pública, é uma passagem de circulação, está bem dito, e ali querem colocar uma ONG sei lá de onde, menores que já criaram “n” problemas ali no entorno, e a justiça não entendeu. Antigamente, já aconteceu no mesmo bairro, era demolição...

**SR. NELSON MARISCO:** Na hora! Concordo.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Agora ia ser...

(Manifestações sobrepostas. Ininteligíveis.)

**SR. NELSON MARISCO:** Concordo com a senhora.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** O senhor deixe para nós, que vamos ver quem terá interesse, vou colocar no grupo posteriormente. Eu gostaria de participar dessa audiência.

**SR. NELSON MARISCO:** Infelizmente vou ter que sair, obrigado por me deixarem participar, um bom dia a todos.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado, Marisco. Vereadora, nós temos Lerry inscrito.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Presidente, os vereadores querem falar, mas a última representante me parece que consertou o som e gostaria de falar três minutos.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Então falarão a Jacqueline, o Lerry depois os vereadores.

**SRA. JACQUELINE CUSTÓDIO:** Eu fui moradora da Vila Assunção desde pequena. Quando eu ouço: “As passagens da Rua Bororó até a Av. Guaíba...”, eu usei aquilo quando eu era pequena, quando eu tinha 12, 13 anos e ia para o Veleiros. É possível! É possível, é só deixar de uma forma que seja protegida, limpa, com luz – é possível. A minha pergunta é o que foi feito daquele levantamento... (Problemas técnicos no som. Ininteligível.) Porque era a partir dali que a gente olhava cada uma, então a gente tirou aquilo ali numa audiência pública que estava superlotada, muitos daqui participaram dessa audiência pública. A gente tirou uma posição sobre o que a gente queria fazer com as passagens; a gente tirou que a gente queria manter as passagens, por quê? É muito fácil pensar que os moradores tem carro, mas, primeiro, existem pessoas que utilizam, porque trabalham nessas casas. Fazer todo um trajeto, levando em consideração o tamanho das quadras, é desconhecer um pedaço da história e um pedaço da realidade da Vila. Também lembrando o que o André disse sobre os passeios que a gente dá, as caminhadas, mesmo os moradores, eles caminham por ali, por aqueles lugares. O que tem que fazer? É simples, no meu ponto de vista: manter o que é um espaço público, uma área pública, pública e cuidada, tendo a função que é a principal, a mobilidade para moradores, trabalhadores, pessoas que frequentam a Vila, não me parece muito difícil. E a única coisa que eu queria deixar perguntado aqui, que realmente eu não sei, talvez o procurador Marisco tivesse essa resposta, que é sobre a questão da Vila Conceição, que eu sei que tem passagens aqui, mas eu acho que não há uma que está liberado. Então, deixo só essa pergunta. E gostaria de fazer parte também, voltar, porque há 10 anos, agora há 12 anos que a gente está junto nessa batalha de manutenção das passagens. Então, gostaria de estar junto com o CGP, enfim, que vai acontecer para a gente seguir nessa luta da manutenção. Obrigada.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Bom dia colegas vereadores e vereadoras, Ver. José Freitas, proponente Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, comunidade da Assunção e da Conceição, satisfação poder aqui tentar ajudar a intermediação com o poder público diante da difícil pauta, que é bastante delicada, não é, Ver.<sup>a</sup> Lourdes? Porque quando os moradores, cidadãos de Porto Alegre demandam aos vereadores é porque o caso já está delicadíssimo, sem muito diálogo e compreensão, muitas vezes, do poder público. Até me surpreendeu que o Lerry disse que foi bem atendido. Quando a gente é bem atendido, a gente espera a solução para o caso, e nesse caso há um certo descaso e abandono por parte do poder público, uma vez que já tem ocupações, esses acessos já estão com muito mato, muito lixo e sem acesso da população. Eu creio, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, que a gente pode – tenho certeza que a senhora tem ligação muito próxima com a comunidade – continuar com esse tema, na medida em que podemos fazer uma visita ao local, onde se chamaria vários órgãos do governo: o DMLU, que vai fazer a limpeza em função também da questão da grande proliferação do mosquito da dengue nesse atual momento, muito grave, complicadíssimo; Secretaria de Saúde, que acompanha; como também várias secretarias que podem se comprometer com a comunidade, não só na limpeza de uma rotina adequada e sequencial do DMLU sobre a questão do lixo, a limpeza do local; e mais do que isso, a iluminação pública, porque isso nos ajuda na questão da segurança também. São acessos públicos que quem tem que assumir é a comunidade, mas nada impede, Lerry e outros moradores, que a comunidade faça uma parceria para poder colaborar com o atendimento, mas é atribuição do poder público fazer isso. Nós já resolvemos em muitos bairros da cidade, por isso o poder público tem que assumir o seu papel, senão, não tem sentido pagar R\$ 4 mil, R\$ 8 mil, R\$ 10 mil, R\$ 12 mil de IPTU e não retornar nada ao cidadão, que hoje paga muito imposto não só de IPTU como também dos produtos que ora o poder público recolhe. Esse primeiro aspecto dos acessos, o segundo sobre o Plano Diretor, infelizmente, essa denúncia é grave.

O poder público municipal está rasgando o Plano Diretor em vários bairros da cidade, principalmente com relação a não obediência dos índices construtivos. Isso acontece na Chácara das Pedras, em muitos bairros nobres, onde só pode fazer casas porque ele é um bairro residencial, não permitindo aumentar três, quatro andares, oito andares, 12 andares. Hoje o poder público, através da SMSUrb está rasgando o Plano Diretor. Eu recomendo, como vereador da cidade, que a comunidade, ao ser impactada por um projeto dessa natureza, sem licença ambiental, sem avaliar o ponto de vista dos impactos ambientais da vizinhança, acione o poder público, judicialize, porque, infelizmente, temos várias denúncias na cidade de que o Plano Diretor se deu em duas regiões da cidade, centro da cidade e o 4º Distrito, o Centro Histórico, e está sendo estudado para os outros bairros da cidade. A Câmara Municipal está constituindo para o Plano Diretor, e já vou concluir, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, e terá uma comissão, onde terá, inclusive, o Fórum de Entidades. Creio que para os próximos bairros da cidade haverá um debate muito profícuo e é o que nós defendemos. Nós, da bancada do PT, vamos ter o Ver. Comassetto que irá representar, mas sei que esse tema é muito delicado, porque o cidadão comprou a sua residência num bairro onde o Plano Diretor permite, porque ele é um bairro residencial, e no ano seguinte aparece um prédio de seis andares, 10, 12 andares. O que vai acontecer com isso? Uma desvalorização total que ele investiu, e ele só foi para lá em função disso. Então, eu acho que é muito importante, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, isso quer tu trazas para nós, é importante a sociedade saber porque, enquanto se mobiliza, nós teremos condições de poder reverter alguns casos. E nesse caso muito pontual, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, acho que merece uma visita *in loco*, com algumas secretarias, para poder organizar esse processo de cuidar desses acessos. Muito obrigado, um forte abraço.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado, vereador. A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Bom dia presidente; bom dia Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, que é a proponente desta pauta que eu considero extremamente importante. Eu fui moradora da Zona Sul, hoje tenho o meu filho morando na Zona Sul, enfim, conheço bem o bairro. Eu começo a minha fala apontando que fui procurada pela associação dos bairros Chácara das Pedras e Três Figueiras, com o mesmo problema. E fiz um pedido de informação sobre Estudo de Impacto de Vizinhança em obras nesses bairros, que inclusive eles afetam, têm reflexos sociais, porque os primeiros atingidos são os moradores mais próximos, razão pela qual eu entendo ser de extrema relevância a promoção e a participação da sociedade nos respectivos empreendimentos, através do Estudo de Impacto de Vizinhança. E registro aqui que inclusive estive no Ministério Público, o arquiteto André participou. Nós estamos com problemas muito sérios de obras em bairros que, até então, eram residenciais, que vão contra o Plano Diretor e que apontam irregularidades nessas obras. Eu cito como exemplo Três Figueiras, que está em desacordo com o Plano Diretor, extrapolando, inclusive, o limite de altura, metragem, número de unidades e outros. Eu me coloquei na Comissão do Plano Diretor justamente porque estou extremamente preocupada com esse índice de altura em bairros que são concebidos residenciais e que as pessoas têm direito. Eu compro uma casa num bairro, eu quero ter a segurança de que ao meu lado não vai ter um espigão. Então, por esse motivo, eu faço parte da Comissão do Plano Diretor. Queria aqui deixar o meu registro da minha preocupação, da minha vigilância nessa questão. Contém comigo. Parabéns, Ver.<sup>a</sup> Lourdes.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Mônica. O próximo inscrito é o Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto, que não faz parte da comissão, mas está conosco para discutir a matéria.

**VEREADOR ENG<sup>o</sup> COMASSETTO (PT):** Bom dia Ver. José Freitas, bom dia colegas vereadores, comunidade presente aqui. Eu me inscrevi porque eu quero relembrar aqui os vereadores que estavam em 2010 na Câmara, a Ver.<sup>a</sup> Mônica

e o Ver. Oliboni eu me lembro que estavam, os outros não me lembro se estavam...

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Vereador, um aparte. Em 2010 eu era secretária de Estado do governo Yeda, não estava na Câmara.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Beleza. Mas, aqui, o André, o Lerry e muitos outros estavam, e a Jacqueline, que participou aqui, também esteve. Foi feita uma audiência pública ali na Assunção e na Conceição, e nós estávamos discutindo a revisão do Plano Diretor – se não me falha a memória, o prefeito Melo era o Presidente da Câmara na época –, para discutir esse mesmo problema, que era a questão das passagens, da segurança e de um conjunto de moradores que moram e que foram morar ali de uma forma irregular. E naquela época se tirou um encaminhamento de poder resolver esses problemas. Vejam bem, em 2010, o prefeito, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, era o Fogaça, portanto esse problema não é novo, é um problema antigo. E, pelo que nós sabemos, pelo menos ouvindo aqui o depoimento dos moradores que falaram, os problemas de segurança se agravaram; mas isso não é só ali, é em toda a cidade, principalmente no que diz respeito à qualificação urbanística da cidade. Por que estou trazendo esse contexto? Porque, na verdade, tem um conflito existente entre moradores ali estabelecidos, que são os moradores que o André e o Lerry representam, os constituídos, e aqueles moradores que estão ali desde a década de 60. E se pegar ali, naquela Travessa da Cariri com a Av. Pereira Passos, há seis famílias que moram ali desde a década de 60, que é onde está essa ONG, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, que a senhora fala, que é a ONG Gatitas, que trata de crianças carentes; inclusive há vereadores que apoiam essa ONG. Não sou eu. E aqueles moradores também têm o direito de morar ali. Agora, quem tem que resolver isso? Eu acho que aqui a agenda está equivocada, querer levar a responsabilidade e expulsar os moradores dali... Não. O poder público tem que dar uma solução. Sabem quantas áreas a Prefeitura tem em Porto Alegre, que está querendo vender agora? São 1.500 áreas. Bom, precisam ser deslocados

aqueles moradores? Vamos fazer um acordo aqui. E eu não sei se o procurador ainda está aqui. Um acordo de pegar uma área dessas e destinar para esses moradores, para poder liberar aquela passagem ali, que tem 20 metros de largura, e eles ocupam em torno de 12, sobram uns oito metros ali. Então, Ver.<sup>a</sup> Lourdes e Ver. Oliboni, que falaram, e Presidente Ver. José Freitas, o problema não é novo, o problema é muito antigo; agora, quem tem que solucionar isso é o poder público municipal. Porque normalmente a corda arrebenta do lado dos mais fracos, e nós – como vereadores – e o poder público temos que buscar esse equilíbrio, buscar a proteção. Concordo plenamente com o tema da segurança, com a iluminação, com os espaços públicos de passagens serem liberados; ao mesmo tempo, nós temos que proteger também. A Mariângela fala que ninguém quer expulsar. Não, lá no Ministério Público está o pedido para a retirada dessas famílias, sem destino. É isso que está escrito lá no Ministério Público...

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Ver. Comassetto, para concluir, eu quero fazer uma complementação na sua fala...

**VEREADOR ENG<sup>o</sup> COMASSETTO (PT):** Mas é isso, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, a senhora está com pedido lá para retirar aquelas famílias. Mas bota aonde? Então, tem que oferecer uma alternativa. Eu ajudo a construir habitação de interesse social em Porto Alegre, e quero dizer que sou parceiro para ajudar a construir essa solução. Então acho que a gente tem que fazer, se eu estiver com a informação equivocada, eu peço desculpas, porque esse é um caso que se arrasta já desde 2010, então são 12 anos...

**SR. LERRY GRANVILLE:** (Problemas técnicos no som. Ininteligível.)

**VEREADOR ENG<sup>o</sup> COMASSETTO (PT):** Em terra pública...



**SR. LERRY GRANVILLE:** A ART... Foi um arquiteto que deu uma autorização para construção em área pública?

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Eu não conheço os detalhes desse processo aí da legalização...

**SR. LERRY GRANVILLE:** É isso que nós estamos tratando aqui, vereador.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** O que eu estou querendo dizer é que tem um direito legal adquirido, a Constituição é clara para todos. As pessoas que estavam num lugar até o [Estatuto da Cidade](#), elas adquiriram o direito, se é impossível ficar no local, o poder público tem que ser reassentá-las dignamente.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Aqui, não se trata do que eu acho, trata-se do que a Constituição determina.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Não! Não! Não, vereador.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

**SR. ROBERT CORAL:** O senhor acha normal fazer uma ONG com 15 adolescentes, dentro de uma área pública, não autorizada? Até pode ser numa área pública, concordo com o senhor, até pode ter um espaço destinado. Mas por que o senhor acha que seria normal – ninguém é contra as famílias que estão ali, isso aí é supernatural –, mas o senhor acha normal construir uma ONG ali numa área residencial, com 15 adolescentes, sem nenhuma orientação, sem nada? Essa é a minha pergunta para o senhor.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Eu não vou julgar aqui a ONG. Inclusive há vereadores de outros partidos aqui da Câmara que ajudaram a construir essa ONG. Acho que tem que chamá-los aqui para poder dizer...

**SR. ROBERT CORAL:** Eu só estou questionando o local. Eu não sou contra a ONG. A ONG tem os méritos dela, eu posso até apoiar. Mas o local, o senhor acha que é o local adequado?

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Não, André e Lerry, o que eu quero dizer aqui? Que nós temos que encontrar, aqui, qual é a solução para isso. E a solução não sou eu que vou dar e não é o senhor. O poder público, o Executivo Municipal tem essa responsabilidade de apresentar a solução.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Ver. Comassetto, permita-me. Como é uma reunião e nós temos que deixar bem claro o que acontece, quando nós fizemos aquela audiência pública, eu, como integrante daquela organização, em 2010, já nós tínhamos essa degradação, que já vinha ao longo do tempo, então se organizou aquela audiência pública. Foram resolvidas muitas questões que foram reivindicadas na época. Porém, essa servidão, entre outras, foi ficando, foi ficando, se reivindica daqui, dali, e realmente não saiu. Quero dizer que eu sou a favor, sim, da reintegração da área pública, porque é uma entidade que está no local sem autorização e também com um projeto de uma arquiteta, um projeto de uma pequena obra numa área pública. Isso não pode, isso já está lá no Conselho de Arquitetos, que nós denunciemos. Então, não são moradores, essas pessoas chegaram e se apropriaram daquele pequeno espaço para fazer uma obra de uma ONG, mas isso não é possível a gente permitir que continuem essas questões. Nós não estamos discutindo outros casos, por enquanto é esse aí que estava na pauta, e os outros a gente tem outros procedimentos. É uma reunião da Comissão, nós não vamos ter agora uma definição, mas nós vamos ter encaminhamentos, e esses encaminhamentos nós vamos acompanhar para que se evitem maiores problemas no entorno entre aqueles moradores para quem

foi vendido, que compraram os seus imóveis e querem pagos os seus impostos e querem ter a sua tranquilidade. Então, é nesse sentido, que fique bem claro, que não estamos expulsando moradores, são pessoas que chegaram. Obrigada.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Ver.<sup>a</sup> Lourdes, só concluo a minha fala, Presidente, agora eu lembrei, a senhora era da comunidade naquela agenda de 2010.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Aquela agenda, sim.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Agora eu lembrei, é que eu tive covid, e minha memória, a metade foi no período que estive com covid. Lerry, Roberto e André, colocaram aqui, não se trata aqui de nós aguçarmos esse conflito entre moradores; o que se trata aqui, de minha parte, é dizer o seguinte, que essa reponsabilidade para resolver o problema é do poder público municipal. Ver.<sup>a</sup> Lourdes, o prefeito é do seu partido, apresente uma proposta de área para reassentar aquelas famílias dignamente.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Exatamente.

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Aí nós poderemos avançar no trabalho.

**SR. LERRY GRANVILLE:** Ver. Comassetto, ela já deixou claro que não se trata de família, é uma ONG, é um instituto, não são famílias...

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** E aquelas seis famílias que estão ali, Lerry?

**SR. LERRY GRANVILLE:** Nós não estamos falando das famílias, nós estamos falando do módulo ilegal que foi construído com uma ART que foi dada agora. Isso tem que parar agora!

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Eu estava entendendo que... (Problemas técnicos no som. Ininteligível.) ...todos, que tinha que retirar todos dali. Eu também acho que se estão morando em área pública, e tendo outras áreas públicas dignas, por que não os reassentar dignamente dentro dessas áreas?

**SR. LERRY GRANVILLE:** Claro, concordamos contigo.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Está bom, vereador?

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** Eu concluo, presidente José Freitas. Solução existe – solução existe –, e eu desconheço os detalhes da ONG, só sei que existe a ONG com esse nome, Gatitos, que foi constituída nos últimos períodos. Bom, mas esse é um problema fundiário, é um programa de segurança e é um problema que envolve o Plano Diretor. E nós estamos, depois de 12 anos, voltando na revisão do Plano Diretor, e o problema não foi resolvido. Muito obrigado.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado, Ver. Comassetto. Vou passar, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, para o Tomás Holmer, do patrimônio, e, depois, para o gabinete do prefeito. A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Bom, primeiramente, bom dia, Ver. Freitas; Ver.<sup>a</sup> Lourdes, parabéns pela pauta, é muito importante nós discutirmos assuntos pontuais, muitas vezes, que, sozinhos, nós não conseguimos chegar a um consenso. Escutei as falas dos moradores, e não conheço, confesso, essa servidão, mas conheço muitas servidões com muitos problemas muito

semelhantes a este. Fui procurada, muitas vezes, na questão do Cantão, que é lá na Ponta Grossa e que dá acesso à praia, e que alguém, um dia, resolveu fazer um muro e dizer: “Ninguém mais passa por aqui, porque agora essa área é minha”. Então, isso é muito complicado, os moradores foram lá, demoliram o muro, quebraram e disseram: “Não, aqui tu não vais fechar”. Então, como essa tem muitas servidões que foram ocupadas de forma irregular, algumas vendidas de forma tradicional e com a questão jurídica adequada, muitas, e, principalmente dentro de bairros, de vários bairros residenciais. Inclusive eu moro na Aberta dos Morros, e, ali no Imperial Park, muitas servidões foram vendidas para moradores que moravam ao lado e que preferiram comprar a deixar ser ocupado, ou que fosse feito algum outro tipo de obra. Mas assim me preocupa muito neste tema específico, quando tem uma autorização vinda de uma arquiteta, que foi o que eu entendi, que autorizou uma obra que seria, a princípio, irregular. Hoje, o prefeito Sebastião Melo, infelizmente, ele enxuga gelo como eu digo sempre, porque é muito fácil falar que é uma área pública, e que o poder público tem que encaminhar as pessoas. Porque aí é muito fácil, todo mundo vai lá e ocupa uma área pública, porque vai ser encaminhado. Eu não tenho condições de ter uma moradia, então vou ocupar um espaço público, e o prefeito que se vire. Então, está tudo errado, porque eu acho assim que nós trabalhamos, as pessoas trabalham para adquirir a sua casa, sua moradia, e as pessoas que não têm condições vão lá e ocupam uma área, que, muitas vezes, é privada, nem é pública, e esse dono, esse proprietário leva milhões de anos para conseguir uma reintegração de posse, e, às vezes, não consegue. E o poder público precisa entregar saneamento, iluminação e tudo mais para que essa pessoa possa estar adequada. Então, é muito fácil dizer: “Ah, tem uma ONG lá, e essa ONG tem que...”. Mas por que essa ONG foi para lá? Por que essas famílias foram para lá? Lá não é um local adequado para isso, como tantos outros dentro de Porto Alegre. Então, eu acho que é muito importante, a fala do Alexandre também foi ótima com relação à diferença das servidões, nós temos servidões que levam de lugar nenhum a lugar nenhum. Essas servidões precisam, sim, ser ocupadas, vendidas para moradores, para quem quer que

seja, porque elas não têm utilidade nenhuma. Ou transformar aqueles locais como uma praça, como um local em que os vizinhos possam tomar chimarrão, possam passar por ali. Não sei, cada caso é um caso, como disse o Alexandre. E tem locais que precisam, sim, continuar sendo servidão, continuar ocupando o seu papel nas comunidades. Então, eu sou contra ocupações irregulares, eu acho que isso precisa, o quanto antes, acabar, porque nós não temos braços e nem orçamento para adequar às condições dessas pessoas. A gente sabe que cada vez nós temos mais pessoas vulneráveis, cada vez nós temos mais pessoas necessitadas, mas não é invadindo área, sejam elas públicas ou privadas, que nós vamos resolver o problema.

E acho que nós temos na fala da Ver.<sup>a</sup> Mônica a questão do Plano Diretor. Nós estamos discutindo a cidade, e é muito importante que todos participem desta construção. Vocês, como moradores do Assunção, como tantos outros moradores da cidade, porque eu ouvi aqui: “Ah construíram um prédio de seis andares. Construíram um prédio de tantos andares, que não podia.” Isso tudo faz parte de uma construção do Plano Diretor. Então é muito importante que as pessoas participem. Tem as reuniões, lá no *site* da SMAMUS tem os horários e os dias, quem pode participar, como funciona; na Câmara nós vamos ter também as discussões, vai ter audiência pública, participem. Participem porque cada um sabe da sua prioridade dentro da sua comunidade, e tem que trazer isso para o todo para que, juntos, a gente possa fazer essa construção.

Então essa é a minha colaboração. Eu convido também vocês, porque eu acho que é importante, faz parte do meio ambiente, no dia 15 de junho, a Comissão de Saúde vai ter um seminário. A Mariângela falou que recolhe resíduos sólidos e tudo mais, nós vamos ter um seminário sobre o meio ambiente, porque nós estamos no Mês do Meio Ambiente, estão todos convidados a participar do nosso seminário aqui na Câmara. Depois a Ver.<sup>a</sup> Lourdes encaminha para vocês o convite, porque é bem importante, é um tema também muito importante para a nossa cidade. Muito obrigada.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Eu só queria fazer um aparte, porque a Ver.<sup>a</sup> Cláudia citou o meu nome. É importante registrar aqui que as obras a que eu me referi estão em desacordo com o Plano Diretor. Esses empreendimentos na Chácara das Pedras e Três Figueiras estariam em desacordo. Nós temos um Plano Diretor em vigor e não pode extrapolar os limites de altura, unidades e outras coisas mais. Só para deixar claro que não é uma questão de construir juntos, nós temos que obedecer...

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Não, são as mudanças, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, que eu estou falando para o próximo Plano Diretor que nós estamos construindo. Concordo com a senhora.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Está bem. Sobre o próximo, nós vamos construir, mas, sobre esse, existem irregularidades que precisam ser apuradas.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Com certeza.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado, vereadoras. Ver.<sup>a</sup> Lourdes, acho que nós encerramos as inscrições da sociedade civil, e temos quatro inscrições do poder público, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SMSUrb, SMAMUS, SMAP e Gabinete do Prefeito.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Dizer aos participantes que não se esgotar nesta reunião. Nós não temos tempo para todos, mas é importante ouvir o governo, tendo em vista que temos muitas demandas encaminhadas, que as pessoas reclamam que não são atendidas. No geral do bairro, que vai desde ruas, bocas-de-lobo, várias questões que estão todas registradas no Município. Mas vamos ouvir, sim, de imediato, o governo.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** O Sr. Guilherme Castanheira, representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, está com a palavra.

**SR. GUILHERME CASTANHEIRA:** Bom dia. Obrigado pelo convite. Vou falar apenas sobre os trabalhos que a nossa diretoria de planejamento urbano, juntamente com colegas da cultura e com o procurador do Município, que foi o relatório sobre as passagens da Vila Assunção. Nós não fizemos trabalho na Vila Conceição. Na Vila Assunção nós já temos dois relatórios técnicos, um foi feito para o Ministério Público, juntamente a uma ação que a Dra. Annelise Steigleder estava trabalhando. Fizemos várias reuniões com ela e temos um relatório falando sobre a questão da estruturação urbana, a importância das passagens na Vila Assunção, a importância cultural das passagens também. Acho que o André sempre é utilizado como referência para os estudos, para as análises, porque todo o trabalho foi feito por ele, pela participação do Ministério Público, alguns textos nos documentos trazem a importância desse projeto naquele território.

A Prefeitura, em determinado momento, também optou por fazer a alienação de algumas passagens, já foi pontuado, uma das passagens mais importantes. O nosso grupo também compreende, e que foi colocado aqui como resultado desse último relatório feito, como uma possível retomada dessa passagem. Sei que é mais difícil a gente fazer essa retomada de uma coisa que já foi alienada, mas foi colocado pelos técnicos como um dos objetivos do trabalho. Não é uma coisa fácil a ser feita, mas a gente pontuou que essas duas passagens que foram alienadas, que ligavam a orla com a igreja, fazem parte não somente dessa estruturação urbana, como foi posto pelo André, de redução dos percursos para as pessoas... O André já comentou, a Vila Assunção tem uma declividade muito acentuada, então as passagens são a maneira de fazer essa conexão entre os territórios, uma vez que o carro não teria condições de fazer essa ligação. Claro que também as pessoas foram fechando, ouvi a fala de pessoas que colocaram muro nas passagens, uma questão da insegurança, pelo que o poder público não faz o seu devido trabalho de fazer manutenção, iluminação ali, mas colocamos nos dois produtos – vocês estão no SEI, eu posso colocar o número do SEI desses relatórios. Um dos relatórios foi produzido para a ação no Ministério Público, e esse outro é um trabalho que foi elaborado pelo grupo de



trabalho dos técnicos da Prefeitura, juntamente com a Procuradoria, para que pudesse ter um retorno, uma resposta sobre o que podemos fazer com aquelas passagens. O próprio Marisco já tinha pontuado que, dentro desse relatório, está a necessidade da desapropriação, foram pontuadas algumas desapropriações a serem realizadas, reintegração de posse de outras passagens, tem uma listagem das passagens. Respondendo a Jacqueline, sim, nós temos o mapeamento dessas passagens, com identificação do que está ocupado, ocupado com construção, isso é um trabalho que já vem sendo realizado pela Prefeitura há bastante tempo. Claro, existe um *gap*, entre um trabalho, dentro de todas essas audiências aí se iniciou um trabalho, depois se parou, então uma leitura do território hoje, passou duas semanas, já está desatualizada, porque muitas coisas acontecem nesse meio tempo. Teríamos que estar sempre indo lá e fazer essa fiscalização, para ver se as passagens estão da mesma forma que visualizamos na última vez. É difícil conseguir fazer essa fiscalização, mas está aí uma das oportunidades para discutirmos com os vereadores e com a comunidade.

Importante também é que foi pontuada a questão da revisão do Plano Diretor, quando nós vamos discutir, sim, muitos aspectos, não somente da Vila Assunção, acho do território como um todo, e as passagens não somente da Vila Assunção, assim como outras passagens que temos no território e que devem ser repensadas. Talvez o desenho das passagens, hoje, não contemple aquilo que desejamos. Na época o projeto foi pensado com passagens sem muros. As construções não era para serem realizadas nas divisas, porque não trariam essa ideia de passar numa passagem e ter muros de até cinco metros de altura, como é o caso de alguns lugares na passagem da Vila Assunção. Era para ter casas e que a divisa fosse uma simples fileira de tijolos e não muros. Mas o poder público não considerou aquele projeto da Vila Assunção como deveria ser com aspectos diferenciados, entrou na mesma gama do Plano Diretor como um todo, e aí se liberou as construções nas divisas. Mas é um aspecto que podemos discutir agora na revisão do Plano Diretor e pontuar que seja necessário um olhar diferenciado para esses territórios e não, simplesmente, utilizar as regras do

Plano Diretor, mas que sejam áreas diferenciadas. Isso é uma questão que pode ser discutida e debatida com a comunidade. Seria isso.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Presidente, eu quero aproveitar a fala do Guilherme, gostaria que ele informasse o que é esse prédio que foi falado no início da reunião, um prédio com não sei quantos andares dentro do bairro, rua Guaraum, se não me engano. E a outra, você falou das passagens. Hoje nós temos as medidas mitigatórias, compensatórias, para onde está indo esse recurso, porque, no bairro Assunção, têm sido construídos condomínios, as ruas ficam abaloadas, e não se vê um retorno para esse nosso bairro. Como tu és da SMAMUS, eu acho que a SMAMUS, mesmo antes do Plano Diretor, porque já estão saindo algumas reformas, condomínios, deveria retornar nesse recurso para o bairro para, principalmente, a manutenção dessas servidões que nós vamos, depois, encaminhar como as principais nesse momento, as que estão sendo seguidas. Nós já tivemos uma reunião com o procurador e com a secretaria, que aqueles interessados em adquirir esses espaços também pudessem negociar com a Prefeitura, sem ter que pedir reintegração, onde não for considerado útil, claro, que já está, vamos dizer, consolidado.

Então, há esses encaminhamentos, talvez não chegou até vocês, que pode ser tratado na Prefeitura mesmo, porque você está falando em ação de reintegração de servidões, e a nossa preocupação são com as existentes nesse momento e as viáveis, que sejam mantidas com esses recursos das medidas compensatórias. Quando faz uma obra, não tem a medida mitigatória? O que é necessário fazer no entorno? Nós não temos isso. Hoje eu quero registrar nesta reunião que não é de hoje, é de longa data. Obrigada.

**SR. GUILHERME CASTANHEIRA:** Vereadora, eu peço desculpas, mas eu não tenho todas as respostas, mesmo que eu seja da secretaria, temos várias... Eu trabalho na Diretoria de Planejamento Urbano, não faço mais análise de processos, então nós temos outras diretorias que talvez pudessem ser chamadas aqui para tratar dessas ações. O Plano Diretor envolve, claro, os

regramentos urbanísticos, mas os regramentos urbanísticos são utilizados não somente pela nossa secretaria, assim como outras secretarias utilizam, como uma regra geral. Eu não sei qual é o prédio que está se falando, as vistorias, inclusive, tenho uma colega da cultura que está aqui, a Rosilene, a gente fez um olhar de um edifício que está com frente para Av. Guaíba, que é limítrofe a uma das passagens, que não sei se foram alienadas, mas elas permanecem desocupadas. Não sei se seria esse o edifício, esse outro eu não me recordo da existência dele, mas pode ser solicitada essa informação para Diretoria de Licenciamento. Com relação a essas contrapartidas, ou que sejam feitas ali no território, existem também, dentro do próprio relatório, acho que a Rosilene pode me corrigir se eu estiver engando, na questão da alienação de algumas passagens, na verdade, as passagens internas, que já estão sendo ocupadas pelos lindeiros, são áreas que o pessoal da Diretoria de Áreas Verdes entende que áreas assim cravadas nos quarteirões ficam muito difíceis de fazer manutenção. Em outros momentos, as pessoas que moram, que têm fundos para essas áreas verdes, elas já começaram a criar outros limites, não só apenas o seu imóvel, e aí se colocou ali no parecer que poderia, sim, ser feita alienação dessas áreas e que se dinheiro fosse utilizado para melhoria das próprias passagens, que ali ainda se entende que deva ou ser feita a reintegração ou que devam ser reurbanizadas. O potencial é enorme da Vila Assunção. Assim como também poderiam ser destinados alguns valores de obras que sejam realizadas no entorno, para isso mesmo já está sendo pontuado dentro dos TCAPs. A verba do TCAP já é utilizada para dentro da região em si, é que o Município ainda não tem projetos para que seja aplicada essa verba, mas na verdade ela poderia ser utilizada para reurbanização de alguma praça; se já tivesse projeto com os valores em si, ele já poderia ser indicado dentro do TCAP, para que a verba oriunda desse TCAP seja destinada para melhoria ou reurbanização de alguma praça.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Sim, de praça, Guilherme, e também das ruas, que estão abaloadas, cheias de buracos...

**SR. GUILHERME CASTANHEIRA:** Mas o TCAP não vai para serviços de buracos, é para projetos...

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** É pelo orçamento então?

**SR. GUILHERME CASTANHEIRA:** Isso.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado, vereadora; obrigado, Guilherme. Quem precisar fazer algum questionamento, por causa do adiantado da hora, pode fazer pelo *e-mail* da comissão.

O Sr. Douglas, da SMAP, está com a palavra.

**SR. DOUGLAS MALLMANN:** Bom dia, vereador, primeiramente peço desculpas porque estou com problemas na minha câmera e vou ficar só na fala. As considerações que tinham para ser apresentadas já foram bem relatadas pelo Guilherme e pelo procurador Marisco, eu só reitero que as soluções que envolvem as passagens de pedestres, elas terão como ponto de partida o relatório técnico gerado pelo grupo de trabalho da SMAMUS com a procuradoria. Sobre a questão que envolve a construção irregular ali na passagem de pedestres da Av. Pereira Passos, como o procurador Marisco já ressaltou, a PGM interpôs uma ação judicial para demolição de construção, mas que não foi obtida ainda a liminar e que na quinta-feira então vai ser julgado um recurso para que seja possível que haja a demolição daquela construção e a reintegração de posse.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado, Douglas. O Sr. Reginaldo, do gabinete do prefeito, está com a palavra.

**SR. REGINALDO BIDIGARAY:** Bom dia, Ver. Freitas, presidente da COSMAM; quero parabenizar a Ver.<sup>a</sup> Lourdes pela iniciativa desta pauta que é importante para o pessoal do bairro e também para a cidade; bom dia aos demais que estão

na audiência. Como bem disse o Douglas, o Dr. Marisco falou sobre a questão da reintegração, a questão do relatório, juntamente com Guilherme, da SMAMUS, que tem um estudo sobre a questão das passagens, acho que é importante todos se apropriarem desse relatório, e também a questão que foi colocada pelo Ver. Oliboni. A sugestão do Ver. Oliboni, de talvez, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, fazer uma vista *in loco*, com algumas secretarias de serviços, com o DMLU, porque a questão que eu senti mais plausível, mais palpável até agora, nesse primeiro momento, seria a questão de limpeza e iluminação na questão das passagens. Foi falado muito na questão da manutenção, mas eu acho que essa questão de limpeza e iluminação talvez uma situação que a Prefeitura possa auxiliar nesse primeiro momento, uma agilidade mais próspera. Eu tenho outra sugestão aqui, Ver. Freitas, que o Dr. Marisco colocou, até vou falar com ele, para pegar o *e-mail* do pessoal do desembargador, para que todos tentem se manifestar na questão da decisão que vai ocorrer na audiência da quinta-feira, porque é importante a pressão popular até em cima dos próprios desembargadores, tem uma certa efetividade. Como ele pediu, e eu disponibilizo para a Ver.<sup>a</sup> Lourdes porque acredito que ela tenha o contato de todos, para que possa disponibilizar esse *e-mail* do Tribunal de Justiça em relação a essa ação, para que a gente possa nos manifestarmos enquanto cidadãos, dizendo “a decisão é importante para o bairro”, fazer uma pressão popular em cima também do Judiciário, porque os órgãos funcionam dessa forma, tanto o Executivo, quanto o Legislativo, quanto o Judiciário, tem que ter uma pressão popular. E dizer que o gabinete do prefeito está à disposição justamente para fazer essa governança com o governo entre as secretarias, para poder auxiliar no que tiver que auxiliar. Muito obrigado a todos.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado, Reginaldo. O Sr. Rodney, dos Serviços Urbanos, está com a palavra.

**SR. RODNEY GUTERRO JUNIOR:** Vereador, houve alguns questionamentos sobre os serviços urbanos no começo e vamos dar algum retorno. Primeiro foi a

Mariza, relatou alguns buracos no calçamento da rua. Eu só não fiquei com o local que ela disse que tinham os buracos. Depois eu quero entrar em contato com a Ver.<sup>a</sup> Lourdes para fazer uma vistoria no local e fazer um encaminhamento. Com relação às calçadas, elas são de responsabilidade dos proprietários, então seria com o setor de fiscalizações, depois eu posso também passar o contato para vereadora, para o setor de fiscalização da Prefeitura notificar os proprietários para arrumarem suas calçadas. Com relação à praça Tupiniquim, que também foi mencionado, foi feita uma revitalização em 2021, mas a gente pode fazer uma vistoria, às vezes, em alguma coisa mais pontual. Então, pode-se ver o que pode ser feito para melhorar a praça.

Em relação ao questionamento da Mariângela, que disse que nas servidões tem um buraco lá, vou fazer uma vistoria no local para ver esse buraco de perto, pode ser uma obra do DMAE que não foi tapado, ou da SMSUrb.... (Inaudível.) Então, irei nesta semana mesmo no local. Vou falar com a Ver.<sup>a</sup> Lourdes, se ela quiser me acompanhar... (Inaudível.) Eu acho, em relação a serviços urbanos, seria isso. Obrigado pela atenção.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado. A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para as suas considerações finais.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Agradecer a todos, foi muito importante, não é uma última reunião. Nós temos outras reuniões que se fazem no bairro. Com esses encaminhamentos teremos a visita e mais outras providências solicitadas, bem como a participação nesta audiência que o Dr. Marisco falou.

Também quero informar à comunidade que teve um caso bem recente e que atingiria nós que utilizamos muito o bairro Tristeza, que ia sair uma obra que era um lixão de recepção de sobra de obra ali na esquina da General Rondon com Wenceslau, que a comunidade não aceitou, estivemos com o prefeito e o prefeito canelou a obra, transferindo-a para outro lugar. Então, nós temos conseguido algumas conquistas para os moradores da região.

Presidente, eu acho que o nosso primeiro encaminhamento de tudo que foi falado, que a gente já convive há tanto tempo, a visita no local – fazer esse encaminhamento – com o DMLU, os serviços auxiliares, a própria SMAMUS que deve estar presente, precisa participar, tendo em vista tudo o que se faz no bairro e não se repercute o retorno para melhorias no bairro, como as medidas que eu falei antes. Uma visita como nós seguidamente fizemos pela COSMAM. Também, junto aos moradores, nós temos já um grupo de WhatsApp, eleger quais as principais passagens, porque neste momento não é só capinar e limpar, tem umas recuperações que precisam ser feitas, tem buracos, tem muretas que foram derrubadas. Então não é só cortar com uma foice, como se diz, o local e a limpeza; tem a restauração. E é importante que a comunidade eleja, neste momento, as principais.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Vereadora, o buraco aquele de um 1,75 de profundidade.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Sim é esse, os buracos; principalmente o da servidão que é muito bem cuidada pelos moradores. Depois vamos fazer a cópia do relatório formalmente. Encaminha para a comissão a cópia do relatório técnico das passagens e nós encaminhamos para todos. Os processos que foram citados no *chat*, e a participação nesta audiência, o *e-mail* que Bidigaray falou. É importante mandar um *e-mail* dizendo da importância de se ter as passagens livres. O edifício que está saindo, não sei onde é, vamos perguntar então, presidente, onde é o edifício de cinco andares que está saindo. Que eu lembrei agora, presidente, são essas as reivindicações principais de encaminhamento e que podemos fazer pela comissão, formalizar pela comissão. Se tiver mais algum item, favor colocar no *chat* para nós encaminharmos.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado, vereadora. Obrigado pela presença de todos. Eu acho que o André queria fazer uma consideração. O Sr. André Huyer, arquiteto, está com a palavra.

**SR. ANDRÉ HUYER:** Como disse o Alexandre e depois o Ver. Comassetto falou de habilitação; tem que cuidar, porque aqui na Vila Assunção tem passagens de pedestres, tem os fundos de lotes, que é outra coisa diferente, tem praças que foram ocupadas por sub-habilitação; então são coisas diferentes, e mesmo as passagens de pedestres têm situações completamente distintas umas das outras, as melhores, as que estavam mais bem organizadas a Prefeitura vende. (Inaudível.) ...que eu também usava quando eu morava lá em cima, era ruim, descia, elas não foram urbanizadas direito. Então cada caso é um caso diferente, e tem que cuidar muito para não confundir os fundos de lote com as passagens de pedestre, que é outra situação. A outra coisa que eu queria trazer... (Inaudível.) ...ali perto da Av. Marechal Andréa, entre o Country Club, a Vila Caddie, o colégio Província de São Pedro, está sendo licenciado um grande empreendimento de alto padrão para fugir exatamente, ter uma rua que atrevesse, porque a quadra tem mais de 200 metros, a Prefeitura está aprovando uma passagem de pedestres, que vai ficar meio que particular. Então essa questão é antiga, mas continua atual e, pelo que parece, vai se prolongar para sempre, porque daqui a uns anos, quando tiver esse empreendimento pronto, eu quero ver o que que vai acontecer ali; quem é que vai cuidar daquilo se o empreendimento mesmo não vai fechar ele por conta própria, e vai deixar ter essa passagem. Atualmente, o poder público tem que tomar, fazer a sua responsabilidade.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Concordo plenamente, presidente. Queria fazer só um adendo no que a Jacqueline Custodio falou, que é o seguinte, hoje nós não andamos só de carro, hoje os filhos vão para faculdade, nós caminhamos muitas vezes vamos até a avenida principal para tomar um lotação, se não usar o Uber; é necessário, porque as quadras ficaram imensas para caminhar. Então é outra a realidade, a necessidade de ter servidão, além do histórico do bairro, é também para circularmos, para podermos caminhar; bem iluminado, cuidado, pois isso afasta o problema também de risco por segurança.



**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** Obrigado; obrigado, vereadora; obrigado pela presença de todos, pela contribuição de todos. Que Deus nos dê uma ótima tarde. Deus abençoe a todos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h50min.)

TEXTO SEM REVISÃO